



VIOLÊNCIA ESTATAL vs VIOLÊNCIA REVOLUCIONÁRIA NA DITADURA CIVIL-MILITAR (1964-1985)

Antônio Sidney da Silva¹

Resumo: Este estudo tem como desígnio analisar a violência estatal e revolucionária na Ditadura Civil-Militar no Brasil. Para isto, realizou-se uma pesquisa bibliográfica estudando o que já foi produzido sobre o tema, por meio de artigos científicos, livros, reportagens, dentre outros, com o intuito de fazer um levantamento bibliográfico. Após o 1º de abril de 1964 a esquerda começou a se estruturar para tomar o poder dos militares e teve como líder inicial o gaúcho Leonel Brizola, cunhado de João Goulart. No entanto, a direita fazia o mesmo e já realizava ataques terroristas. Documentos guardados nos arquivos do Superior Tribunal Militar, e divulgados no segundo semestre de 2018, mostram que, apesar de a esquerda já mostrar resistência armada nos primeiros anos do Regime, foi a direita, com organizações paramilitares, que deu início aos atentados terroristas contra a Ditadura com atos em São Paulo realizados contra o II Exército, o Dops e o quartel general da Força Pública (polícia militar, à época), entre 10 de abril e 19 de agosto 1968. No entanto, acredita-se que tais práticas eram um modo de culpar a esquerda, já que as primeiras ações dessa aconteceram apenas em 19 de março de 1968, com a explosão de uma bomba no consulado dos Estados Unidos, em São Paulo. O movimento de esquerda mais famoso, a Guerrilha do Araguaia (1967-1974), “teve lugar nas regiões sudeste do Pará e norte do então estado de Goiás (atual Tocantins), abrangendo também terras do Maranhão, na área conhecida como ‘Bico do Papagaio’” (PEIXOTO, 2011, p.480) e foi encabeçada pelo Partido Comunista do Brasil, que, inspirada na Revolução Chinesa de 1949, objetivava lutar contra a ditadura e criar uma democracia popular no Brasil. Todavia, a violência com a qual o Estado reprimiu ação foi assustadora. A partir de abril de 1972 o governo declara guerra ao movimento. Os primeiros combates foram palco de derrotas do exército fazendo com que se recuasse por motivos táticos. Entre 1973 e 1974, “os militares voltaram à região, com quadros mais profissionais e especializados, e conseguiram cercar e sufocar a guerrilha, que terminou com praticamente todos os seus membros mortos e desaparecidos” (NAPOLITANO, 2014, p. 137). Os guerrilheiros mortos nesta campanha tiveram seus corpos, em grande maioria, enterrados em locais até hoje não identificados e incluídos na lista de “desaparecidos da Ditadura”. Tal lista contém mais de 140 nomes e nela estão

¹ Aluno do curso Bacharelado em Direito, da Universidade Regional do Cariri, *campus* Iguatu, Ceará. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Direitos Humanos Fundamentais - GEDHUF, da URCA. Pesquisador do Estado de Exceção, Nazismo e Ditadura Militar no Brasil (1964-1985) e na América Latina. **E-mail:** sidney.silva@urca.br



todas as pessoas que desapareceram pelas mãos do Estado desde 1º de janeiro de 1964 a 15 de março de 1985. O caso Julia Gomes Lund e outros (Guerrilha do Araguaia) foi encaminhado à apreciação da Corte Interamericana de Direitos Humanos em 1995. Após o trâmite, em 2008, foi emitido o Relatório de Mérito 91/08, condenando o Brasil por: violação dos direitos à personalidade jurídica, vida, integridade pessoal e liberdade pessoal; violação dos direitos às garantias judiciais e à proteção judicial; violação dos direitos às garantias judiciais e à proteção judicial; violação do direito à liberdade de pensamento e de expressão; e violação do direito à integridade pessoal. Diante disso, concordamos com a decisão da referida corte, levando em consideração que as inúmeras violações de direitos humanos praticadas pelo Estado na Ditadura constituem crimes contra a humanidade, nos quais a condição de ser humano não foi respeitada.

Palavras-chave: Violência Estatal. Violência Revolucionária. Ditadura Militar.

Referências

NAPOLITANO, Marcos. **1964:** História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

PEIXOTO, Rodrigo Corrêa Diniz. Memória social da Guerrilha do Araguaia e da guerra que veio depois. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 6, n. 3, p. 479-499, set.-dez. 2011.